

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).

JULIO MESQUITA  
(1891 - 1927)JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Táctico Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveros S. Ferreira

## A esperança que resta a um país sem governo

Até o final desta semana teremos, possivelmente, maior quantidade e melhor qualidade de elementos para avaliar o futuro próximo, político e econômico, que, nem é preciso dizer, se apresenta de qualquer modo sombrio.

Os leitores do Jornal da Tarde são testemunhas de que, embora contrários à decretação de uma moratória unilateral por parte do Brasil, conforme pregavam ingenuamente ou maliciosamente diversos líderes políticos e muitos intelectuais engajados, sempre advertimos para o fato de que talvez chegássemos à situação de sofrer todos os efeitos adversos de uma atitude como essa sem podermos utilizar em nosso favor nenhuma das eventuais e restritas vantagens da formalização da medida.

Diversos acontecimentos e tendências nos indicavam a possibilidade de enveredarmos pelo pior dos rumos, isto é, o rumo da inadimplência externa desorganizada, cumulativa e explosiva, mas, em última análise, era a atitude geral do governo que consolidava em nosso espírito o prognóstico de um desfecho traumático para toda essa questão.

Era mais do que evidente, desde o início, que a gravidade e a profundidade da crise, estritamente econômico-financeira a princípio, exigiam do governo como um todo, e de cada um dos seus membros em particular, uma mudança de visão e de comportamento político, posto que um processo de negociações extremamente complexo, difícil, demorado e inovador — esta talvez a característica principal — tinha de ser encetado e levado a bom termo. Negociações, vejam bem os leitores, que envolviam não apenas os credores particulares estrangeiros, as instituições financeiras plurinacionais e os governos amigos, mas também as forças políticas e sociais internas, que antes e acima de tudo precisavam dispor de informações realistas e objetivas sobre a situação e ser convocadas com decência, franqueza e dignidade a se envolverem num programa de objetivos e compromissos que não seriam apenas do governo, mas de toda a Nação.

Compreendemos, perfeitamente, que colocado diante de um evento eleitoral do qual não poderia sair desmoralizado, até mesmo para dar seqüência ao processo de abertura democrática que toda a Nação incentivava e continua incentivando, o governo tivesse evitado, nos meses de outubro e início de novembro do ano passado, contar toda a verdade e agir em função dessa verdade, com realismo, coragem política e fé democrática. O que nunca aceitamos, e o que, a nosso ver, é o motivo principal das agruras atuais, foi o prosseguimento da tática de tergiversação, ilusão e mentira depois das eleições. Isso na frente interna, enquanto na frente externa prosseguia um tipo de negociação, estritamente técnico-financeira, que obviamente só poderia levar ao aprofundamento da crise de liquidez em que vivíamos, como aliás se confirmou.

Estamos, portanto, encarando sem surpresa a marcha dos acontecimentos em direção a um quadro de moratória não declarada e não oficializada, porém talvez mais traumática do que a propriamente dita, dependendo do grau de lucidez e capacidade de ação dos nossos credores e não do nosso governo, porque este já não justifica nenhuma esperança. No plano externo o governo brasileiro conseguiu demonstrar de maneira inequívoca que é, no mínimo, irrealista. Na fase 1 das negociações com os credores assumiu compromissos que não tinha condições de cumprir no plano administrativo e fez avaliações e estimativas que se provaram totalmente equivocadas no terreno das suas próprias necessidades financeiras. Agora, na fase 2, que ainda não se concluiu, evidenciou a sua falta de objetividade — ou de honestidade? — política ao garantir ao FMI, aos credores e aos governos amigos que a nação brasileira — a partir das suas representações político-partidárias — estava pronta a aceitar os sacrifícios que ele próprio, governo, se encarregara de assumir em seu nome. Se aqueles interlocutores vivessem aqui saberiam, como todo bom brasileiro, que Brasília é o lugar geográfico das ilusões e do irrealismo, e teriam dado o devido desconto. Saberiam, também, que o governo jamais chegou a encarar com seriedade, honestidade e empenho o imperativo, para nós óbvio, de negociar politicamente com as oposições e com todos os setores da sociedade o devido respaldo para o que viesse a assinar lá fora. Sabendo disso tudo, não formariam ilusões e não estariam agora, entre surpresos e irritados, a supor que a classe política e a comunidade brasileiras são irresponsáveis e a proclamar que se o programa de sacrifícios não for aprovado será o caos para o Brasil.

De nossa parte, estamos convencidos de que é tarde para obter, no exíguo prazo que agora resta, um consenso político de âmbito nacional sobre o programa de sacrifícios que o governo se encarregou de assinar em nome da Nação, antes de consultá-la e tentar persuadi-la. Isso significa, provavelmente, que esse programa vai ter de continuar sendo imposto sob a forma arbitrária e indesejável de sucessivos decretos-leis, enquanto este governo tiver força para isso, o que tornará ainda mais irritante e desgastante seus efeitos e menos confiável seu cumprimento. Como, por outro lado, o conteúdo de tal programa, agora ressaltado no Decreto nº 2.064 — que mais do que arrocho salarial desencadeia tremendo arrocho fiscal —, é de natureza inflacionária e recessiva, como todos os observadores mais qualificados estão proclamando, os nossos credores vão ter de suportar o dissabor de verificar na prática que ele é tecnicamente inepto, além de ser politicamente repudiado e socialmente explosivo.

Como reagirão diante de tudo isso não podemos adivinhar, é claro. Temos razões para acreditar, todavia, que os fatos da vida mais uma vez exercerão seu papel educativo. Apesar de tudo o que se diz a respeito do Brasil ser "atado no ralo" caso o Congresso não aprove o 2.064 até meados de novembro, pensamos que os credores afinal terão de admitir, engolir, um apropriação especial para o caso brasileiro. Pequenos sinais disso já foram notados. É possível que os acontecimentos próximos na Argentina convençam os

governos dos países credores de que algo heterodoxo precisa ser feito em favor dos seus próprios bancos para que estes possam assimilar alongamento de prazos e redução de juros para os países devedores. Aliás, é só o peso específico do Brasil e a ameaça que representa seu default para a comunidade financeira ocidental que ainda nos dão certa esperança, pois da competência dos nossos negociadores — levianos e irresponsáveis — para formalizar acordos exequíveis e da habilidade política do governo para negociá-los internamente já nada mais esperamos. Mesmo porque, a esta altura, estamos sem governo.